

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 75, de 2015 (Mensagem nº 422, de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Marrocos.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

Relator "ad hoc": Senador João Capiberibe

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº75, de 2015, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Humberto de Brito Cruz, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil no Reino de Marrocos.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de José Armênio Cruz e de Helena de Brito Cruz, o Sr. José Humberto de Brito Cruz nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 17 de janeiro de 1958.

Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo em 1983, tendo obtido o título de Doutor em Filosofia Política pela mesma instituição em 2004. Em 1984, ingressou no Curso de Preparação para a

Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD – IRBr). Foi nomeado Terceiro Secretário, em 1985, e, subsequentemente, promovido a Segundo Secretário, em 1989; a Primeiro Secretário, em 1997; a Conselheiro, em 2003; a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2012.

Dentre as funções que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: assessor da Divisão das Nações Unidas, de 1986 a 1989; Secretário de Planejamento Diplomático, de 2011 a 2013, e a partir de 2013 até o momento presente, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão. Ocupou também a função de assessor na Assessoria Especial da Presidência da República, de 1997 a 2003.

No exterior, atuou na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1990 a 1994, na Embaixada em Caracas, de 1994 a 1997, na Embaixada em Paris, de 2003 a 2006 e na Delegação junto à ALADI e ao MERCOSUL, em Montevideu, de 2006 a 2011.

Em 2006 defendeu a tese “Cidadania e Integração: o Problema do Déficit Democrático na Construção da União Europeia”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco - CAE.

Recebeu o Prêmio Rio Branco, do Instituto Rio Branco, Medalha Vermeil, em 1985; a Medalha Santos Dumont, Brasil, em 1996; e a Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Oficial, em 1999.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Reino do Marrocos conta com população de 33 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de US\$ 109,2 bilhões, sendo governado pelo Rei Mohammed VI desde 1999, em uma monarquia constitucional.

O relacionamento Brasil-Marrocos encontra-se aquém de seu amplo potencial. Desde a ascensão do atual Rei Mohammed VI ao trono, em 1999, foram realizados de ambas as partes movimentos de aproximação e de aprofundamento do diálogo bilateral. O Marrocos deseja promover maior abertura e diversificação de suas relações como forma de reduzir sua dependência de potências ocidentais e de conferir maior legitimidade à sua atuação externa perante a população. No que é considerado como um dos marcos da nova orientação da política externa marroquina, o Rei Mohammed

VI realizou, em novembro de 2004, périplo pela América Latina, que incluiu o Brasil. Na ocasião, foram assinados o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, visando o estabelecimento de uma área de livre comércio, que, no entanto, não avançou.

No âmbito bilateral, o Marrocos firmou com o Brasil o Acordo de Cooperação entre Academias Diplomáticas e o Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo. Em julho de 2013, a então Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy, chefiou a delegação brasileira – e assinou, em nome do Brasil – o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar as limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual. Ainda em 2013, foi firmado Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre Brasil e Marrocos. Em dezembro daquele ano, realizou-se missão empresarial brasileira ao Marrocos.

O Fórum de Negócios Brasil-Marrocos contou com a participação de 45 empresas marroquinas, além das nove empresas brasileiras que integraram a missão. Um ano mais tarde, em novembro de 2014, o Grupo Líderes Empresariais (LIDE) realizou missão empresarial ao Marrocos, na companhia do saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC) e do então Governador de Goiás, Marconi Perillo. Na ocasião, o grupo manteve contatos com empresas locais, bem como com Ministros marroquinos dos Transportes, do Turismo, da Agricultura e da Indústria. Em julho último, o Ministro dos Transportes e Logística do Marrocos realizou visita a Brasília e a São Paulo, ocasião em que se encontrou com o Ministro dos Transportes brasileiro.

A parte marroquina mostrou-se interessada na experiência brasileira de cooperação com o setor privado na área de ferrovias, bem como na experiência com as concessões no setor rodoviário. O Ministro marroquino sugeriu a criação de um centro conjunto para treinamento e capacitação de técnicos do Governo local na área de planejamento, supervisão e regulação do setor de transportes. Propôs, ainda, aumentar para quatro o número de voos semanais entre Casablanca e São Paulo, operados pela Royal Air Maroc.

Na esfera da política, o diálogo bilateral é sólido e marcado por frequente troca de votos e apoios mútuos a candidaturas a cargos em organizações multilaterais. Nesse contexto, o Marrocos vem declarando apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 2008. Na área agrícola, foi assinado em 2011 Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura

familiar e desenvolvimento rural, bem como acordo de cooperação e parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e instituição marroquina homóloga, o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas.

No tocante ao comércio bilateral, em 2014 o Brasil foi o terceiro parceiro comercial do Marrocos, atrás de França e Espanha. Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e Marrocos cresceu 151%, evoluindo de US\$ 725,6 milhões para US\$ 1,818 bilhão. Em 2014 a balança comercial entre os dois países apresentou déficit para o Brasil de US\$ 681 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado marroquino em 2014 foram açúcar, aviões e helicópteros, milho em grão, soja em grão e produtos semimanufaturados de ferro/aço. O Brasil importa do Marrocos principalmente adubos e fertilizantes.

O Marrocos vem-se consolidando como importante destino de investimentos brasileiros no exterior, sendo alvo de investimentos da Bunge fertilizantes da Neobus, da Randon, da Santista e do Grupo Votorantim, maior investidor brasileiro no Marrocos. O Grupo OCP (*Office Chérifien des Phosphates*) Escritório Xerifino dos Fosfatos, é o maior conglomerado industrial do Marrocos e maior exportador de fosfato no mundo. O Brasil é hoje um dos quatro maiores importadores mundiais de insumos para fertilizantes. Em 2012 a OCP anunciou a aquisição de 50% do complexo industrial-portuário de Rio Grande, da empresa norueguesa Yara Internacional. A empresa passará a contar com unidade de produção e estocagem no Brasil, o que lhe permitirá incrementar a oferta de fertilizantes no Brasil e em outros mercados da América Latina.

A Embaixada do Brasil em Rabat estimou em 209 o número de brasileiros residentes no Marrocos.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2015

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador João Capiberibe, Relator "ad hoc"